

mudar a



vida

publicação do graal

16.

ABRIL 1979

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



NOVOS MOVIMENTOS DE MULHERES (1)

A partir da segunda metade dos anos sessenta começam a surgir, primeiro nos Estados Unidos, depois na Europa, aquilo a que hoje se chamam os **novos movimentos de mulheres**.

O processo complexo que conduziu à sua génese exige um estudo rigoroso. Numerosos trabalhos procuram hoje analisar os traços socio-culturais de cada sociedade em que esses movimentos tomam corpo. A título de ilustração, indicarei apenas dois dos fenómenos que mais decisivamente contribuíram para a eclosão dos novos movimentos de mulheres.

O «PRIVADO» TORNADO «PÚBLICO»

O primeiro elemento que me parece importante assinalar é a manifestação, **ao nível social**, da opressão sofrida por cada mulher **ao nível pessoal**.

A descoberta do carácter fictício dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres na vida social fez-se simultaneamente em diferentes países e em diferentes tipos de sociedades.

Nos países que participaram na segunda guerra mundial, uma geração de jovens mulheres que assumira amplas responsabilidades na vida económica viu-se, terminada a guerra, reconduzida ao universo das tarefas familiares. Para evitar que o regresso das tropas provocasse uma onda de desemprego, os mecanismos económicos puseram-se imediatamente em marcha, segregando, para tal, a ideologia necessária: as nações têm que se reconstruir; a família é a célula-base da nação; a educação dos filhos é a tarefa prioritária das mulheres. Quinze ou vinte anos mais tarde assistimos à revolta maciça dos jovens, filhos dessa geração de mulheres. Não admira que milhares de mulheres comecem então a interrogar-se sobre o sen-

tido das suas escolhas e dos seus comportamentos na vida familiar, quando não mesmo sobre o sentido da família e do papel que nela lhes está atribuído.

Noutros países, as mulheres entram resolutamente na vida profissional, ao lado dos homens, por vezes em empregos considerados como exclusivamente masculinos. Em alguns casos, o empenhamento profissional é acompanhado pela militância cívica ou sindical. Noutros, as mulheres entram a fundo nas lutas pela independência política. Ora, através da experiência profissional, cívica ou política, é a mesma solidariedade com os homens, no trabalho ou na luta social, que elas experimentam. E essa experiência revela-lhes, de maneira gritante, o absurdo das desigualdades que sofrem ao nível da vida familiar.

Confrontadas com a estreiteza do universo doméstico, as mulheres começam a sentir-se pouco à vontade. Encontram-se para falar das suas vidas, para as discutir e analisar. Procuram interpretar as suas histórias pessoais e descobrir pontos de convergência e de contacto. Desse balbuciar colectivo emerge uma imensa tomada de consciência. As mulheres descobrem que aquilo que cada uma vivera como o **seu** caso, o **seu** problema, o **seu** destino, não é, afinal, senão um aspecto singular de um problema universal. Verificam que aquilo que milhares de mulheres viveram como pessoal ou **privado** se converte, pela convergência das histórias pessoais, em problema social, em questão **pública**.

AO ESPELHO DO TRABALHO

O segundo elemento é a relação ambígua das mulheres com o mundo do trabalho. Factor de emancipação e de alienação, expressão contraditória de

liberdade e de constrangimento, o trabalho funcionou para as mulheres como revelador da sua condição de sobre-exploradas.

Na maior parte dos países a entrada maciça das mulheres no mundo do trabalho remunerado constituiu um facto económico e social que os poderes públicos não puderam deixar de reconhecer. Esse reconhecimento público, ao nível nacional e internacional, funcionou para as mulheres como espelho da **força social** que elas constituem.

Tal força social permanece, no entanto, ambivalente. Em toda a parte, qualquer que seja o tipo de trabalho considerado, as mulheres constituem a camada menos qualificada e pior remunerada de todos os sectores. A inflação dos serviços, a gestão quotidiana dos gigantescos aparelhos do estado burocrático, são, em larga medida, alimentadas pelo esforço das mulheres. Não constituem elas — em países do mesmo nível tecnológico e económico, qualquer que seja o seu regime político — a base da pirâmide de todas as administrações públicas, de todos os corpos de ensino, de todos os serviços de saúde, de todas as infraestruturas da comunicação?

A força social que as mulheres progressivamente reconhecem ser vai, pois, de par com a tomada de consciência da opressão socio-económica que o mundo do trabalho lhes impõe. A situação de desigualdade experimentada ao nível familiar converte-se agora, no mundo do trabalho, em institucionalização maciça e legalizada da injustiça.

Não é, porém, sem esforço que as mulheres descobrem esta nova face da sua situação de exploradas. No interior do mundo do trabalho, elas encontravam segurança, garantias financeiras e mesmo um certo prolongamento do meio familiar, no que ele tem de ilusoriamente securizante: hierarquias bem definidas, prestação de pequenos serviços, demissão face às decisões mais responsáveis.

A denúncia das injustiças vividas, a possibilidade de as exprimir mutuamente, a análise dos casos particulares no seu contexto social, económico e político são caminhos através dos quais se opera a tomada de consciência colectiva. Quando as histórias e as experiências se tornam de tal modo universais que deixa de haver distinção entre os esquemas que oprimem a operária não qualificada e os que se impõem à profissional que atingiu o topo da carreira, a consciência converte-se em movimento social, capaz de pôr em causa a sociedade no seu conjunto.

QUE NOVIDADE?

Um pouco por toda a parte, no hemisfério Norte, grupos de mulheres surgem e multiplicam-se num borbulhar efervescente. Cada grupo nasce duma situação bem concreta e identifica a sua «causa» a partir do aspecto particular de opressão a que existencialmente se sente mais ligado.

A uma grande multiplicidade alia-se o carácter

provisório da maior parte dos grupos. Criados espontaneamente, eles duram apenas o tempo do despertar da consciência dos seus membros, auto-limitam-se na realização dos objectivos que a si mesmo se propõem. A uma primeira etapa de tomada de consciência sucede-se rapidamente uma etapa de acção para, a partir dessa acção, se caminhar, de forma recorrente, para novas etapas de tomada de consciência que correspondem, muitas vezes, à formação de novos grupos.

Grupos, organizações e associações de mulheres não são, porém, um fenómeno novo. Em que consiste a originalidade dos novos movimentos de mulheres?

Respondo com uma outra interrogação: por que razão existiram, no passado, organizações de mulheres? Não eram elas uma expressão a mais da segregação entre homens e mulheres que atravessava toda a sociedade?

Face à divisão de tarefas que orientava diferentemente os dois sexos em todas as esferas da vida, não é de admirar que um jogo de tabus e de interditos, de convenções sociais e de costumes, tivesse conduzido os homens e as mulheres a organizarem-se em grupos separados. As organizações masculinas — clubes de convivência ou de recreio — não fizeram senão reforçar o poder e o prestígio dos seus membros, funcionando como caixa de ressonância dum grupo já privilegiado. As organizações femininas foram moldadas, como não podia deixar de ser, pela ideologia que atribuía às mulheres papéis bem definidos e sempre secundários — associações de assistência, grupos de bem-fazer, etc. «Estava-se entre mulheres» porque a sociedade era assim feita e nada mais.

Os novos movimentos de mulheres supõem, pelo contrário, que o quadro da segregação social entre os sexos se encontra ultrapassado. Estes movimentos nascem em camadas socio-económicas ou em grupos de idade onde a convivência entre os sexos é um adquirido. É no interior de grupos sociais sociologicamente mistos que os novos grupos de mulheres se formam, reivindicando o **direito de estarem só entre mulheres**.

No início, uma tal exclusividade era difícil de explicar. Argumentava-se frequentemente que os assuntos tratados interessavam também aos homens e que era por isso preferível discuti-los em conjunto. Mas à medida que os novos movimentos de mulheres começam a revelar a sua especificidade, este tipo de argumentação vai-se progressivamente atenuando e o carácter exclusivamente feminino dos grupos acaba por impor-se.

Para além de razões pragmáticas evidentes — num grupo misto, mesmo com 95 % de mulheres, são em geral os homens quem mais fala! — a explicação da razão de ser dos novos grupos de mulheres tem de procurar-se no reconhecimento da sua situação enquanto **grupo social oprimido**.

Embora conscientes, em maior ou menor grau, das múltiplas formas de opressão comuns a toda a socie-

dade, os grupos de mulheres apercebem-se de que a sua libertação passa necessariamente pela análise das formas de opressão que lhes são próprias. Ora essa análise só pode fazer-se entre mulheres. A presença de membros do «sexo opressor» não pode deixar de introduzir ambiguidades na caminhada que os grupos se propõem fazer.

A exclusividade feminina é, além disso e parado-

xalmente, uma afirmação de igualdade. Com efeito, desde tempos imemoriais que os homens se reúnem sem que isso seja visto como uma mutilação do humano total. Ao reunirem-se entre si as mulheres exprimem a vontade de descobrir, no coração de um gesto de conquista de igualdade, a diferença libertadora que progressivamente as poderá conduzir à eliminação de outras formas de opressão.

IGUALDADE NA DIFERENCIAÇÃO

A nova igualdade — a construir na base das diferenças reais entre homens e mulheres e no respeito mútuo pela identidade própria de cada sexo — será, claramente, igualdade-na-diferenciação.

O conceito de diferenciação a que nos referimos não se reduz a uma simples diferença entre cada homem e cada mulher, pois a esse nível, e apesar dos adquiridos da época post-freudiana, cairíamos certamente nos clichés característicos do período ainda recente em que a «feminili-

dade» e a «masculinidade» apareciam como um conjunto de qualidades atribuídas a um ou a outro sexo. O que aqui queremos sublinhar é a percepção da diferenciação global, sociológica, do grupo mulheres em relação ao grupo homens.

É nesse sentido que o antropólogo Edgar Morin introduziu como categoria sociológica a noção de «classe bio-social», pela qual a diferenciação entre o homem e a mulher adquire direito de cidade, em qualquer estudo dos papéis e das funções dos homens e das mulheres.

DO SEXISMO AO FEMINISMO

O processo de tomada de consciência dos novos grupos de mulheres passa, necessariamente, pela **denúncia do sexismo** sobre o qual se baseia a sociedade contemporânea. Que sexismo é esse? Como caracterizá-lo?

O sexismo aparece-me, antes de mais, como uma atitude e um código de comportamento que condicionam os direitos e os deveres das pessoas ao sexo a que elas pertencem. Segundo o sexo, cada pessoa se vê atribuída funções e papéis particulares, de tal modo que o sexo discriminado acaba por ser definido em função das interdições de que é objecto. O sexismo não se contenta, assim, com a simples segregação entre indivíduos de sexo diferente: faz da segregação a consequência lógica de um sistema de valores que não respeita a igualdade de dignidade entre as pessoas e que atribui a um sexo benefícios e privilégios superiores aos do outro.

Como prática social extremamente complexa que é, o sexismo não se institucionaliza sem conceder ao sexo discriminado um certo número de pseudo-privilégios tendentes a mascarar a situação de injustiça. Ora, segundo um mecanismo bem conhecido dos sistemas sociais, os pseudo-privilégios não fazem senão aumentar a sujeição do sexo discriminado, conduzindo-o a reforçar a sua própria rejeição. É assim que as mulheres se convertem em agentes — e agentes fundamentais — do sexismo que as condena.

No actual estágio de desenvolvimento da consciência social da humanidade, o sexismo, tal como o

conheceram os anos passados, não poderia manter-se durante muito tempo. Contra ele ergue-se o **feminismo**, corrente que dá forma ao despertar da consciência das mulheres face à discriminação sexista de que são vítimas.

Qualquer que seja a sua expressão o feminismo desdobra-se, fundamentalmente, em duas etapas. Em primeiro lugar, processa-se a descoberta da condição feminina a partir da experiência vivida por cada mulher. O feminismo não pode refugiar-se na generalidade e na abstracção. **O único lugar onde pode nascer o feminismo que eu vivo é a minha condição de mulher.**

Da experiência pessoal passa-se à experiência da universalidade da dominação sexista. Por um fenómeno de empatia imediata, as mulheres sentem-se identificadas com situações que não viveram pessoalmente mas que, intuitivamente, sabem que decorrem de uma mesma e única discriminação comum. Compreende-se assim que mulheres de meio burguês se empenhem na causa das mulheres «batidas», que mulheres de todas as idades defendam os direitos das mulheres violadas, que mulheres de todos os horizontes se unam para lutar por causas comuns quando, em qualquer parte do mundo, uma nova forma de discriminação vem à luz. Através de tais gestos estabelece-se entre as mulheres uma **cumplicidade instintiva**, cumplicidade que está na origem da solidariedade profunda que une os novos movimentos de mulheres.



CONSCIÊNCIA PESSOAL E SOLIDÁRIA

O feminismo não é determinado por leis biológicas. Ninguém é feminista só pelo facto de ter nascido mulher.

O feminismo traduz-se em expressões sociais próprias onde a componente pessoal e a componente solidária estão sempre presentes.

Enquanto expressão de uma tomada de consciência pessoal e dum empenhamento solidário, o feminismo conduz, necessariamente, ao desejo de uma nova sociedade.

DA REIVINDICAÇÃO À INOVAÇÃO CRIADORA

Solidárias em função de quê?

A primeira expressão da solidariedade entre grupos de mulheres situa-se ao nível da reivindicação. Os grupos de mulheres reivindicam o que a sociedade sexista mais lhes recusa:

- o direito de exercerem responsabilmente a sua capacidade de reprodução (basta constatar as actuais tendências das políticas demográficas);
- o direito de usufruírem de condições de trabalho, não só igualitárias em relação aos homens como verdadeiramente humanas, de tal modo que a corrida ao ter-mais, o crescimento do PNB e a recuperação económica deixem de ser os únicos valores determinantes.

UM MODO NOVO DE VIDA

Pela sua forma de serem e de se afirmarem, os novos movimentos de mulheres são olhados não só como insolentes e provocadores, mas, em última análise, como subversivos e revolucionários.

Sim, é de uma revolução que se trata: mesmo

Não admira, pois, que o despertar da consciência das mulheres tenha provocado imediatamente tomadas de posição muito nítidas sobre problemas-chave tais como a contracepção e o aborto. É certo que estes problemas não esgotam, de modo algum, todos os domínios em que as mulheres são oprimidas; representam, porém, sem equívoco, os domínios em que só as mulheres são oprimidas.

No que se refere ao trabalho, uma das mais importantes reivindicações refere-se ao reconhecimento do valor de certos serviços actualmente não remunerados. Dado que a maioria das mulheres têm, pela sua situação de acumulação das tarefas profissionais com as tarefas domésticas, uma consciência mais aguda do valor do trabalho que realizam em casa sem qualquer remuneração, torna-se óbvio que elas estão particularmente habilitadas a pôr em questão os critérios de uma civilização tecnocrática, onde não há lugar para opções não quantificáveis.

Da reivindicação de direitos sectoriais, as mulheres passam à contestação global da sociedade em que estão inseridas. Os movimentos de mulheres parecem querer mudar tudo e imediatamente! Da contestação no seio da vida familiar passam, rapidamente, à contestação na esfera do trabalho e da organização social no seu conjunto. Expressam-se, por vezes, de forma balbuciante, enraivecida, mas nem por isso deixam de atingir o cerne de muitos dos problemas do nosso dia-a-dia.

Não é por acaso que os grupos de mulheres nasceram durante um certo tempo e morrem para renascer sob uma outra forma. Deliberada e conscientemente eles recusam a institucionalização, resistem à burocracia, afirmam-se pela **inovação criadora**, na auto-gestão.

sem articularem de forma acabada o seu pensamento, mesmo sem desenvolverem, sistematicamente, uma teoria social alternativa, os movimentos de mulheres apontam para uma sociedade diferente, são germen portador de um modo novo de vida.

Maria de Lourdes Pintasilgo
Conferência no Instituto Católico de Paris
Março 1979 (versão abreviada)



Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.^o António dos Capuchos, 4, 5.^o, Lisboa. Composição e impressão: Silvas — Coop. de Trab. Gráficos, scarl.